

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU: OS DESAFIOS E
PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE
2000/2020**

Maikel José Pereira
Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso aborda as políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau, focando nos desafios e perspectivas para uma educação básica de qualidade. Esse trabalho foi construído durante o meu estudo no curso da Administração Pública pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. O objetivo deste estudo é analisar as políticas públicas do ensino básico na Guiné-Bissau, identificando os principais desafios e as perspectivas para a melhoria da qualidade da educação. No que concerne à metodologia, o presente estudo trata-se de pesquisa da revisão bibliográfica, que nos permite obter uma compreensão abrangente do conhecimento existente sobre um assunto. Também a realização da análise documental. A pesquisa busca não apenas identificar os problemas, mas também propor soluções viáveis que possam ser implementadas para garantir uma educação básica de qualidade para todas as crianças na Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau enfrenta muitos desafios nas áreas das políticas públicas educacionais. Segundo relatos de cidadãos nascidos e vividos no país. Entre os principais desafios educacionais, destacam-se a desigualdade de acesso à escola, falta de materiais didáticos, qualidade da educação, a escassez dos recursos financeiros e falta de professores qualificados. Além disso, passou a englobar nove anos de escolaridade divididos em três ciclos. Durante nossa pesquisa, observamos que as políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau enfrentam sérios desafios e perspectivas em relação à oferta de uma educação básica de qualidade. Esses desafios são, em grande parte, atribuídos ao planejamento inadequado do sistema de ensino. Muitas vezes, as escolas não possuem uma infraestrutura adequada que proporcione um ambiente agradável para as crianças, como salas de aula bem equipadas com carteiras, janelas, portas, ventiladores e outros materiais administrativos, que facilitem o funcionamento das aulas.

Palavras chave: Guiné-Bissau, Educação Básica, Políticas Públicas Educacionais, Desafios e Perspectivas.

ABSTRACT

This final course work addresses public educational policies in Guinea-Bissau, focusing on the challenges and perspectives for quality basic education. This work was constructed during my studies in the Public Administration course at the Institute of Applied Social Sciences at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony. The objective of this study is to analyze public policies for basic education in Guinea-Bissau, identifying the main challenges and prospects for improving the quality of education. Regarding methodology, the present study is bibliographic review research, which allows us to obtain a comprehensive understanding of the existing knowledge on a subject. Also carrying out documentary analysis. The research seeks not only to identify the problems, but also to propose viable solutions that can be implemented to ensure quality basic education for all children in Guinea-Bissau. Guinea-Bissau faces many challenges in the areas of educational public policies. According to reports from citizens born and lived in the country. Among the main educational challenges, the following stand out: inequality of access to school, lack of teaching materials, quality of education, scarcity of financial resources and lack of qualified teachers. Furthermore, the work shows how elementary education is structured: elementary education now encompasses nine grades divided into three cycles. During our research, we observed that public education policies in Guinea-Bissau face serious challenges and perspectives regarding the provision of quality basic education. These challenges are largely attributed to inadequate planning of the education system. Schools often do not have adequate infrastructure that provides a pleasant environment for children, such as well-equipped classrooms with desks, windows, doors, fans and other administrative materials that facilitate the functioning of classes.

Keywords: Guinea-Bissau, Basic Education, Public Educational Policies, Challenges and Perspectives.

RESUMU

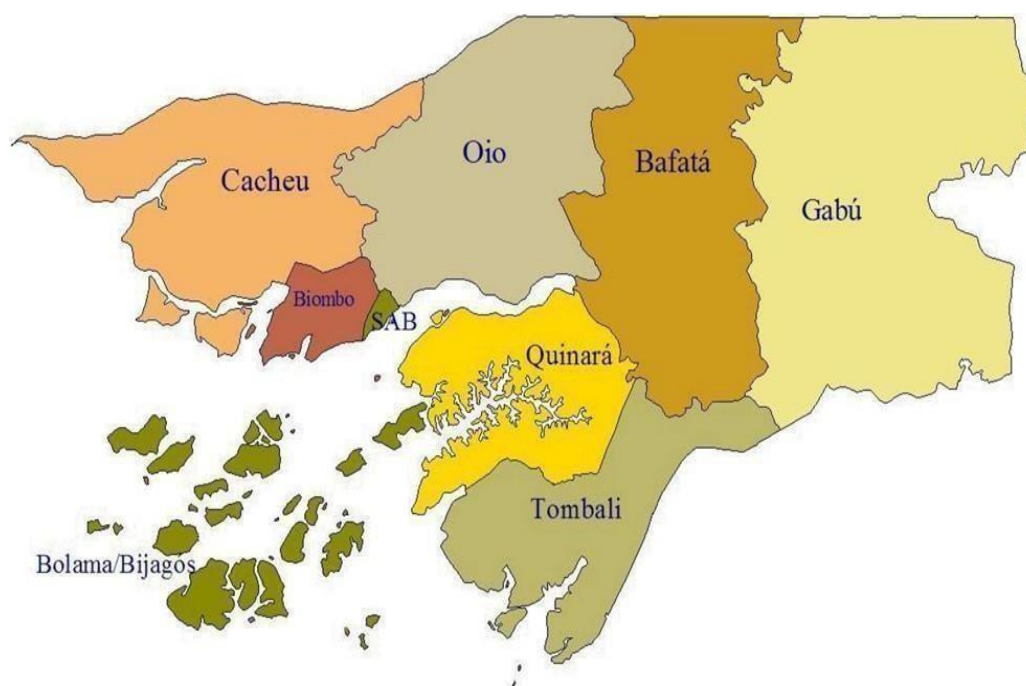
Es tarbadju di fim di curso i papia sobri politicas publicas educacionais na Guiné-Bissau, focado na disafius e perspectivas pa um educason di kriansa di mindjoria. Es tarbadju i cumpudu na tempo di nha studo na curso di Administrason publica pa instituto di Ciência Socias Aplicadas na Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Objetivu di es tarbadju i pa djubi politicas publicas di ensino prentchentché na GuinéBissau, i tambí djubi principais disafius i prespetivas di mindjoria qualidadi di educason. Na keku ta papia di caminhus ku no ianda pa fasi es tarbadju. Es xtudo i fundamenta na pisquiza bibliográfica ku tisi un n'tendimentu djuntu di cunhicimentu ku i xisti dentru di tema ku nô ta leba pa djubi ducumentu, es pisquiza busca nau so kaba ku purbulema, mas tambí pui suluson bons ku pudi fassidu pa garanti un educason di kriansa i mindjor pa tudus kriança di Guiné-Bissau. Nô terra infrenta mangas di disafius na aria di politicas publicas educacionais sigundo fala di djintis k nansi é vivi na terra na principais disafius di educason, ku nô tene: Diferensa di tene scola, falta di materiais di skola, mindjoria di educason, falta di recurso financeiros, e falta di bom pursoris di. Pa n'frenta es disafius, m'portanti pa nô pudi promovi educason di mininus di mindjor, pa kil mininus di di tabankas. I tambí es, tarbadju mostranu kuma ku ensinu di kriansa sta divididu na tris fasis ku sedu: primeiru ciclu, sigundu ciclu i terceiro ciclu. Ensinu di kriansa i paça assumi nove anos di scolaridadi, tambí, i tisi diferansa na xtrutura di pursoris, n'odja kuma manga di pursoris na tarbadja sim tene formason, mas inda i ten dificultdadi na organizason des formadores. Na tempo des no pisquiza, no odja kuma politicas publicas educacionais na Guiné-Bissau n'frenta tchius disafius e perspectivas na relason educason di crianças di mindjoria. Es disafius na maior parti, i ta da na mau pensamentu di sistema di ensinu. Manga di bias scola ka ta tene um xtrutura bom ki ta da bom ambiente pa mininus suma sala di aulas, bem cumpudu k tene carteras, janelas, portas, ventiladores e utrus matrias administrativus ki ta d'ajuda na kurimentu di aulas.

Palabras chave: Guiné-Bissau, Educason di mininus, Politicas pública Educacionais, Disafius e Perspectivas.

INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país do continente africano, situada na Costa Ocidental de África, limitado ao Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné Conakry e a Oeste pelo Oceano Atlântico, possui superfície total de 36.125km², dos quais apenas 27. 700 Km² constituem a superfície imersa, surgindo devido à fraca elevação do país. É composta por três províncias e oito regiões administrativas (Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Tombali e Quinara) que, por sua vez, são subdivididas em trinta e sete (37) Setores, incluído capital, setor autónomo de Bissau. No que se refere ao nível médio das águas do mar, as marés penetram no interior até cerca de 150 km². O país é constituído por uma parte continental e uma parte insular, que engloba os Arquipélagos dos Bijagós, composto por cerca de 90 ilhas e ilhéus, dos quais somente 17 são habitadas (INE, 2009; Sanhá, 2014).

Divisão Administrativa de República da Guiné-Bissau



Fonte: (INE, 2009).

No entanto, conforme Sanhá (2014), administrativamente, a Guiné-Bissau é composta por nove regiões, sendo uma delas, Bissau, a capital, que possui o estatuto de setor autónomo. Cada região administrativa é formada por setores (trinta e sete na totalidade), subdividida em seções. Neste caso, consta-se diferença entre dados de INE (2009) e Sanhá (2014) sobre a divisão administrativa da Guiné-Bissau. Enquanto o INE considera oito regiões e um setor autónomo (Bissau), Sanhá aponta nove regiões, incluindo Bissau como uma delas. Segundo dados do último Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), realizado em 2009, a população ficou estimada em 1.520.830 habitantes. Os diferentes grupos étnicos guineenses, definidos, sobretudo, na zona litoral desde os séculos XIII e XIV, em sua maioria cultivavam

arroz. De tradição animistas, dividem-se em grupos e viviam conforme o modo de produção comunitário primitivo, sem divisão de classes, e outros eram organizados em Estados, com uma sociedade hierarquizada (régulos, ou seja, chefes tradicionais, artesãos, homens cultos). As etnias estabelecidas no interior são agricultores, comerciantes, pastores e vivendo também em Estados hierarquizados.

Com base nessa realidade, observa-se que o território da Guiné-Bissau é povoado por etnias com a organização social e história muito diferentes, e sua unidade nacional muito recente foi um produto de luta pela independência, alcançada em 1973.

No que concerne à independência do país, INE (2009) afirma que a 24 de setembro de 1973, foi proclamado unilateralmente o Estado da Guiné-Bissau, reconhecido por Portugal formalmente em 10 de setembro de 1974. Desde então o jovem Estado foi governado pelo Partido Africano para Independência de Guiné-Bissau (PAIGC).

Após a proclamação da independência em 1973, a Guiné-Bissau instituiu o português como língua oficial, também língua do ensino e de comunicação em fóruns internacionais. O português é a língua oficial do país, embora seja menos falado, pois o crioulo guineense é mais falado, devido à vasta diversidade linguística (INE, 2009).

DELIMITAÇÃO DE TEMA/ PROBLEMA

Referente ao tema citado acima, políticas públicas educacionais na Guiné – Bissau: Desafios e Perspetivas para uma educação básica de qualidade, nos períodos de 2000/2020.

Percebe-se a ausência de investimento por parte do governo guineense, o que resulta na carência de professores qualificados, na falta de infraestrutura escolares, na escassez de manuais escolares, e na inexistência de bibliotecas e nas livrarias para atender às necessidades dos alunos.

Então, baseado nesta perspectiva, a presente pesquisa visa investigar o seguinte: Quais são as políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau?

O problema do ensino é de grande importância. A escola é como uma faca de dois gumes, porque os alunos devem ensinar o que devem fazer quando forem grandes. Se não se fizer assim, acontecerá como dantes em que cada indivíduo que aprendia a ler até 3 ou 4 classes, já não queria ser lavrador, queria vir para a cidade. Se deixarmos que isso continue a acontecer, as nossas escolas continuarão uma grande fábrica de desempregados, porque não teremos trabalho para dar a toda a gente na cidade. Portanto, temos que criar uma nova mentalidade nos indivíduos que vão às escolas (CÁ, 2008, p.122).

De acordo com o autor, a escola é uma das principais setores que o governo deve levar em consideração, como uma forma de evitar problemas que possam causar a aprendizagem dos alunos no decorrer das aulas. Por isso, professores devem transmitir os conteúdos de uma forma clara, para que os alunos possam compreender e colocá-los na prática. Por outro lado, no caso do país em específico, o Estado é uma entidade máxima e o maior empregador. Caso não conseguir atender as demandas, isso pode representar um risco para o mercado de trabalho, uma

vez que nem todos vão conseguir trabalhar no aparelho estatal. Portanto, o governo deve criar outro mecanismo que permita aos que não foram empregados pelo Estado encontrar meios de sobreviver e dar resposta aos seus familiares do que eles aprendem.

As condições de ensino são caracterizadas pelas salas de aulas superlotadas, pela falta de recursos didáticos e de infraestruturas inadequadas, as quais não promovem um ambiente educativo adequado (FEC, 2015, p.26).

No caso do Ensino Básico na Guiné-Bissau, é uma das questões que enfrenta vários problemas, como foram mencionados acima por FEC, (2015) uma organização não-governamental, que significa Fundação Fé Cooperação. No que se refere ao déficit dos materiais didáticos, é um problema crucial quanto à aprendizagem das crianças também é necessário ter a infraestrutura com uma fundação de garantia, ou seja, bem seguro que proporciona às crianças ficarem mais à vontade e ter um nível de aproveitamento eficaz.

Faltaram infraestruturas condignas (as barracas, chamadas salas provisórias, foram a solução), carecem professores com formação ajustada e domínio de uma metodologia adequada aos vários graus de um sistema de ensino em construção (deitou-se mãos aos finalistas do liceu, que foram organizadas em brigadas pedagógicas e espalhadas por todo o território nacional). As campanhas de alfabetização de adultos, com o método Paulo Freire, foram alargadas tanto nos bairros de Bissau. (SEMEDO, 2011, p.3)

A organização do sistema de ensino e instituição escolar, bem como a formação dos professores e novos quadros contribui para o crescimento e aprendizagem dos alunos, tanto na escola pública quanto privada. Os professores são motores para o desenvolvimento de qualquer que seja o país e refletem o valor da sociedade em que atuam. Um baixo nível de educação formal pode levar a alta taxa de analfabetismo e pessoas com menor capacidade.

Essas pessoas são aquelas que não conseguem tomar as decisões no contexto em que estamos inseridos e saber avaliar qualquer situação ocorrida no país.

Um dos fatores apontados como principal responsável pela baixa qualidade, designadamente no que se refere aos ensinos básico, elementar e complementar, era a deficiência na preparação do pessoal docente (Cá 2008, p.199). No que tange à formação dos grandes quadros e profissionais, a educação deve ser de qualidade. Isso evidencia que se tivéssemos uma educação de qualidade teríamos bons frutos, contribuíram para o desenvolvimento do país

Em termos de língua de ensino e de metodologia, vários problemas têm vindo a ser levantados há anos, assim como muitas tentativas de adequação de metodologias vem sendo experimentado, sem grandes sucessos, porém, com resultados encorajadores. Isso porque a maioria das crianças que ingressam na escola tem de aprender numa língua não materna, em ambiente de aprendizagem por vezes inadequado, com uma metodologia pouco eficaz, contribuindo estes fatores nas elevadas taxas de repetência e de desistência de crianças. (SEMEDO, 2011, p.3).

Na visão de Semedo, como a professora que deu a aula até na escola de formação dos professores, Tchico Té, percebeu que os professores utilizam os métodos de ensino que não favorecem a aprendizagem dos alunos. Nesse caso, o principal coloquial reside na língua ensinada no nosso sistema educacional, que é a língua oficial portuguesa, não é língua materna de muitas crianças, pois a aprendem apenas na escola, por isso, a maioria possui dificuldade causando elevada taxa de repetência das crianças.

Por outro lado, sem a escola não teríamos a possibilidade de resolver o que precisamos. A escola tem grande influência na nossa vida humana, pois nos orienta para sermos as pessoas mais bem qualificadas. Nesta perspectiva, a presente pesquisa visa investigar a seguinte questão: Quais são as políticas públicas na Guiné-Bissau?

Faz necessário ressaltar que há várias políticas públicas educacionais implementadas na Guiné-Bissau. Como se pode observar: Políticas públicas e desenvolvimento na Guiné - Bissau, Políticas públicas em educação na Guiné-Bissau. Evolução das políticas educacionais na Guiné-Bissau.

JUSTIFICATIVA

A escolha desse tema surgiu de três motivos que são: Pessoal, acadêmico e social. Do ponto de vista pessoal, como guineense, sempre senti orgulho ao ver meu povo alcançando o nível superior e se destacando academicamente em relação aos outros países do mundo.

Essa ideia sempre me trás alegria, pois o verdadeiro filho da terra nunca se sentirá feliz vendo seu povo a viver de forma precária sem o acesso de direito fundamental, como a educação, saúde e entre outros. Então, a partir dessa realidade, decidi escolher este tema para realizar uma investigação profunda sobre Políticas Públicas Educacionais, que são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país. Portanto, o Estado deveria privilegiar essa área e realizar grande investimento para que as crianças sintam-se à vontade de ir para escolas. Razão pela qual, em conformidade com os autores acima, afirmo que a necessidade de educação de qualidade não se refere apenas a capacidade intelectual, mas sim a disponibilidade de materiais que oferecem o conforto para lecionar, especialmente quando comparamos com os países desenvolvidos.

Desse modo, o governo da Guiné-Bissau, em colaboração com Ministério de Educação, deve investir na construção de infraestruturas que ofereçam recursos para o mestrado e doutorado. Além disso, é necessário inclusão da língua materna no processo de ensino implantar bibliotecas nas escolas públicas e fornecer outros materiais escolares, para que o país possa garantir uma educação de qualidade a todo povo guineense e a redução do abandono ao sistema educativo por parte de professores e alunos.

- | | |
|-----------------------------|----------------------------|
| 1--- Problema salarial | 4--- Impactos de conflitos |
| 2--- Biblioteca | 5--- Taxa de analfabetismo |
| 3--- Desigualdade de gênero | 6--- Dependência externa |

Os pontos elencados evidenciam como a nossa educação carece de qualidade, porque para ter uma boa educação é preciso levar em consideração os pontos acima mencionados, pois são imprescindíveis; porém, no contexto guineense, esse problema é recorrente, tendo em conta má governação por parte dos nossos governantes, dado que não privilegia setor educativo. Podemos observar que a escola possui grande importância na nossa vida, pois nos ensina aprender ciência para o bem estar da sociedade. Este trabalho contribui para a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que influenciam a educação no país. Além disso, no âmbito acadêmico, estudos das políticas públicas permite uma análise crítica das estratégias implementadas ao longo dos estudos nas diferentes disciplinas das políticas públicas pode gerar novos conhecimentos sobre a eficácia das políticas educacionais, incentivando os pesquisadores, em particular guineenses que pretenderam investigar a respeito deste tema, pois percebi que, para que um país alcance alto nível de desenvolvimento, é necessário investir na educação.

O ensino básico padecia de um mal, a saber, o baixo nível de qualificação de muitos docentes e a insuficiência dos equipamentos e materiais didáticos, dois dos fatores que condicionam a qualidade de ensino (Cá, 1999, p.134).

Por isso, é importante que os governantes invistam na melhoria da qualidade de educação básica, garantindo a formação adequada dos professores, a infraestrutura escolar adequada e o acesso igualitário a todos os alunos, uma vez que a educação básica é o alicerce de ensino e aprendizagem.

Socialmente, a educação básica de qualidade é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao abordar os desafios enfrentados na GuinéBissau, como falta de recursos, infraestrutura inadequada e formação de professores, o tema destaca a importância de garantir o acesso à educação para todos, especialmente para o grupo vulnerável. Isso pode levar a uma maior conscientização sobre a necessidade de investimento em educação, promovendo mudanças que beneficiem a população e contribuam para o desenvolvimento sustentável do país. Pensei nesse tema, que trata da educação básica de qualidade, uma vez que muitas pessoas poderão me questionar: “será que não temos uma educação básica de qualidade?

No entanto, a minha intenção é exigir que o Estado crie mais condições básicas para as crianças, para que elas possam ter mesma condição das crianças de sub-região, tendo materiais didáticos que proporcionam melhor qualidade de ensino.

De acordo com Lopes (2014, p. 20), “o sistema educativo guineense é muito fraco, sem qualidade e com a tendência para degradação, uma vez que muitas crianças concluem o ensino básico e permanecem analfabetas”

Se o Estado criar uma política bem delineada, certamente teremos uma boa qualidade do ensino básico. Quando falamos sobre educação, não podemos escapar da educação da infância, onde tudo começa, pois é nessa fase que aprendemos a ler, escrever, cantar e desenhar. Com base nessa realidade, fica nítido que a educação básica é alicerce, por isso o investimento nessa área é imprescindível pois é setor sensível do processo de ensino e aprendizagem.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Analisar as políticas públicas educacionais do ensino básico na Guiné-Bissau;

Objetivos Específicos

- Descrever as políticas públicas educacionais que orientam o funcionamento do ensino básico guineense;
- Analisar se as políticas públicas educacionais do ensino básico guineense reúnem as condições necessárias para que haja um ensino básico de qualidade no país;
- Traçar os desafios e as perspectivas das políticas públicas educacionais para uma educação básica de qualidade;

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho de pesquisa trata-se de políticas públicas educacionais na GuinéBissau: Os desafios e perspectivas para uma educação básica de qualidade.

Para desenvolver a parte teórica sobre políticas públicas educacionais na GuinéBissau, buscamos fundamentar no pressuposto, Lourenço Ocuni Cá (2010). Maria da Costa Odete Semedo (2011). Souza Cilena (2006). Domingos Moreira (2006). Sendo assim, neste capítulo, primeiramente, definimos o conceito de políticas públicas conforme apresentado por diversos autores clássicos da área na esfera internacional quanto nacional.

Políticas Públicas Educacionais na Guiné-Bissau

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.³ A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 4).

De acordo com o autor, entende-se que não há uma única forma de definir política pública. Nesse sentido, trata-se de tudo aquilo que o governo faz ou deixa de fazer para satisfazer as necessidades das populações, deve aprimorar e implementar políticas que definam os objetivos educacionais, a fim de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à educação. Isso inclui o investimento na formação e no treinamento de professores, garantindo que eles tenham as competências e conhecimentos necessários para ensinar de forma eficiente.

De acordo com Ocuni Cá (2010, p.14), “as políticas públicas podem ser definidas como conjunto de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as ações governamentais relacionadas às tarefas de interesse público”. O Estado tem por direito de pensar e criar os mecanismos que vão traçar forte programa para ter uma educação básica de qualidade, pensando nos interesses coletivos e no fundo pela cooperação dos países parceiros na área da educação para desenvolvimento social.

Ainda sobre sistema educacional guineenses Djaló (2014, p.195), afirma que “as políticas públicas expressam o papel do Estado na definição das prioridades da ação governamental, sobretudo no que diz respeito ao investimento de recursos, tanto financeiros como humanos” nesse contexto das políticas públicas o Estado é o principal responsável de construir uma política bem alinhada para atender as necessidades das populações, onde vai ser utilizado os recursos financeiros aguardados que foram pagos pelos alunos, fazer construções e equipamentos bem qualificado que dá acesso a melhor forma de utilizá-lo.

Na concepção de Secchi (2010), falar sobre política pública é um modelo elaborado para confrontar um problema público, e buscando soluções para atingir as necessidades coletivas.

Conforme Dye (2014), define as políticas públicas como “qualquer coisa que o governo pretende realizar ou não realizar” no sentido de desenvolvimento de programas para edificar uma educação com qualidade comprando com outros países do mundo.

Como enfatiza Barbosa (2010):

Políticas Educacionais dizem respeito, portanto, a decisões do governo que têm incidência no âmbito escolar, enquanto ambiente de ensino-aprendizagem. Tais decisões envolvem questões: construção do prédio, contratação de profissionais, formação de docente, carreira, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar, etc, portanto, políticas educacionais são aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar (BARBOSA, 2010, p. 23). “O Estado deve criar condições para assegurar aos mais carenciados uma compensação social e educativa, através da criação e desenvolvimento, no âmbito da educação pré - escolar e da educação escolar, de serviços de ação social escolar, a materializar segundo critérios de discriminação positiva”. (LEI DA BASE; 2010; p. 18).

Não posso falar das políticas públicas educacionais sem interferir no âmbito do governo, uma vez que este, por meio da instituição responsável (Ministério da Educação Nacional

Cultura e Juventude e Desporto)”, é o responsável por construir uma educação de qualidade, visando à melhoria o sistema de ensino e aprendizagem por meio de uma política eficaz, que é capaz mobilizar os parceiros internacionais, garantindo os recursos e materiais didáticos que possam contribuir para o melhor funcionamento do setor educativo no país.

A Constituição da República da Guiné-Bissau, no seu artigo 49, inciso i define que “todo o cidadão tem o direito e o dever da educação”. Assim, é importante destacar que a qualidade do ensino está igualmente condicionada pela motivação dos professores, pela melhoria das condições de ensino, e pelos salários oferecidos. Os baixos salários dos professores na GuinéBissau são um reflexo dos desafios enfrentados pela educação no país (Cá, 1999, p.143). Diante disso, na perspectiva de uma educação de qualidade, o governo deve investir profundamente na educação escolar, proporcionando oportunidades de estudo a crianças e jovens. Com base nessa ação, é possível alcançar uma educação com grande número de eficiência e eficácia.

Segundo Cá (2008, p. 124) “O Estado da Guiné-Bissau estava consciente de que a educação era um dos fatores fundamentais da evolução dos indivíduos e das sociedades e seus efeitos eram inumeráveis para o avanço técnico e para a elevação do nível de conhecimentos dos cidadãos”.

Os nossos governantes estão cientes de que o ensino é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país, pois sem a educação, a nação não pode alcançar estabilidade e organização na sociedade. É essencial que os cidadãos frequentem a escola para compreender como funcionam os mecanismos do Estado.

Falar da educação na Guiné-Bissau, para a maioria dos guineenses, é falar de problemas que começam com a falta de salas de aulas, de professores qualificados e que terminam com uma alta taxa de repetências, e desistências. ... Ainda, falar de salários baixos e pagos com grandes atrasos. Assim, o que deveria ser um direito elementar não, pois proporcionar o direito à educação às crianças é básico, porquanto se trata de um alicerce para a participação do indivíduo no seu exercício da cidadania não passam a ser algo reservadas aos que tem possibilidades econômicas e uma grande batalha para os que vivem no limiar da pobreza. Nas nossas zonas rurais, essas dificuldades acabam sendo maiores, pois, se nos centros urbanos e semi urbanas as dificuldades de acesso são grandes, no campo, essas são ainda maiores (SEMEDO, 2005, p.1).

Desta maneira, isso resulta de um ensino que reúne as mínimas condições de infraestrutura escolares adequadas. Aqueles que não apresentam essas condições certamente enfrentam dificuldades tanto para os alunos quanto para os servidores da escola. Para termos um ensino de qualidade, precisamos de boas infraestruturas, um ambiente escolar adequado e docentes capacitados. Diante desse cenário, vale ressaltar que a Guiné-Bissau é um país marcado por carências em vários níveis, principalmente no sistema educativo. O país não possui nenhuma instituição que ofereça cursos de mestrado, e muitos professores licenciados que precisam dar continuidade aos estudos procuraram outros países para continuar sua formação, conseqüentemente abandonam o sistema educativo nacional.

O governo da Guiné-Bissau adotou essas medidas: 1) melhorar o sistema de educação, fazendo com que os investimentos tivessem mais rentabilidade. 2) Elevar o nível didático – pedagógico e profissional dos professores, cujos salários consumiam a maior parte do orçamento da educação. 3) Levar a comunidade a suportar a despesa com o professor, em algumas localidades. 4) Desenvolver a campanha de alfabetização como um dever cívico na qual todos deviam participar em conformidade com o princípio: Os que sabem ensinam os que não sabem (CÁ, 2005, p.98).

O governo da Guiné-Bissau traçou algumas diretrizes para o desenvolvimento do sistema educacional, incluindo um grande investimento na área da educação, com objetivo de elevar o nível da didática e do ensino a um patamar superior, garantindo que os conteúdos sejam transmitidos de forma eficaz, especificamente para aqueles com dificuldade de compreensão.

Segundo relatório do Ministério da Educação (2013), considera que a melhor qualidade da educação vem da existência de inúmeros professores no sistema educativo e para que o governo investisse na formação dos professores. Portanto, foram construídas três novas escolas da formação dos professores do ensino básico, cuja finalidade é aumentar os números dos professores com mais qualidade na educação.

A Política de Gratuidade no Ensino Básico Guineense

O Ensino Básico era universal, obrigatório e gratuito, com a duração de 6 anos. A sua finalidade principal era fomentar e assegurar um conjunto de conhecimentos, valores e experiências que permitissem a cada jovem participar da vida social e econômica da Guiné-Bissau, permitindo-lhe, ainda desenvolver o espírito de objetividade, a consciência da existência de regras universais e o conhecimento das normas institucionais. (CÁ, 1999, p.136)

Do mesmo modo, Semedo (2011, p.5) vem nos mostrar que “a Gratuidade do Ensino Básico é assumido, no documento, como um meio de inclusão de todas as crianças, evitando que muitos pais deixem de enviar os seus filhos escola por falta de meios financeiros para pagamento de taxas de matrícula e propinas”

Para Semedo, a Lei de Diretrizes da Base do Sistema educacional (LDBE) é uma norma criada pelo governo da Guiné-Bissau, com a finalidade de promover um ensino básico obrigatório e gratuito a todos especialmente para os níveis de primeiro e (09) ano de escolaridade, pois, a sua gratuidade deve ser dada de maneira universal para todas as crianças ao nível nacional.

De acordo com a lei de diretrizes e bases da Guiné- Bissau, no seu artigo doze (2010), o ensino básico é universal e gratuito. O Estado, como entidade máxima e detentora do poder soberano, possibilita que todas as crianças frequentem a escola do ensino básico de forma gratuita, ou seja, os pais e encarregados da educação não precisam pagar nada até as crianças concluírem o ensino básico. O Estado isenta os custos e oferece os livros e materiais didáticos para que as crianças possam assimilar melhor os conteúdos.

Para Moreira (2006) durante a colonização portuguesa, a educação tinha dois objetivos fundamentais: arrancar as pessoas da comunidade a que pertenciam e formar elementos submissos aos administradores coloniais, que pudessem servir como intermediários entre o Estado colonial e as massas populares.

No entanto, vale destacar que o objetivo dessa educação, bem como disse o autor Moreira era tirar as pessoas de comunidades que pertencia, o que quer dizer proporcionar àquelas populações uma melhor forma de relacionamento e conhecimento de seus deveres. Para que pudessem participar em qualquer que sociedade e dar as suas opiniões como seres humanos que eles são. Por outro lado, esse objetivo permitia-lhes conhecer outra realidade que nunca haviam vivenciado, formando pessoas que serviriam à comunidade, no sentido de ajudar na melhor forma de comunicação entre Estado colonial e as populações locais.

Conforme Cá (1999), só a educação de qualidade pode desenvolver o ser humano por meio da equidade, sendo a educação básica de qualidade um importante instrumento de combate à desigualdade social. No entanto, isso só se realiza com o apoio do educador ao educando, os professores são os principais responsáveis pela promoção da igualdade educacional entre as crianças, garantindo que não haja desigualdade entre elas. Os professores têm o dever de distribuir os materiais didáticos de forma igual sem discriminação.

Segundo Moreira (2006), no que tange à construção das escolas primárias, os pais e encarregados da educação e famílias são os principais contribuintes para que os seus filhos possam estudar, dando essa contribuição por meio de associações. Com objetivo de salvaguardar

o futuro de seus filhos, o Estado também oferece apoio ao disponibilizar professores para orientar os alunos.

A política de gratuidade deu outras nortes ao nosso sistema de ensino, como conta o ex-ministro da Educação, o entrevistado B, mostrando que essa política impulsionou o número de matrículas por muitas razões: primeiro era que muitas pessoas haviam abandonado o sistema escolar por causa da guerra. Outro aspecto é a questão econômica, pois uma família com muitos filhos, as taxas das inscrições, assim como mensalidades e materiais escolares, representam um encargo financeiro muito grande fazendo com que muitas crianças acabem ficando fora do sistema. (SIGA, 2020, p. 113)

Como bem disse siga, a falta de materiais escolares leva muitas crianças a abandonarem as aulas, pois não têm condições de adquirir os materiais didáticos que podem servir como suporte na sua aprendizagem. Além disso, os pais enfrentam muitas dificuldades para pagar as mensalidades, impedindo que as crianças continuem suas atividades escolares. Esse problema é decorrente da falta de ação dos nossos governantes que são os órgãos competentes pela educação das crianças. Essas crianças são frutos da nossa sociedade e, no futuro poderão servir como quadros do país.

Segundo relatório do Banco Mundial (2003, p.17) existe a necessidade de envolver pais e comunidade nos assuntos escolares, inclusive com a possibilidade de contribuição econômica para a sustentação da infraestrutura, e parcerias com setor privado e ONGs”.

É óbvio que os pais querem que os seus filhos frequentem a escola, e para que possam adquirir o conhecimento necessário para seus futuros. A educação básica prepara os alunos para a continuidade dos estudos e para a vida adulta. Portanto, os pais e encarregados da educação colaboraram para que seus filhos tenham sucesso no futuro.

Segundo Cá (2008), um dos fatores apontados como principal responsável pela baixa qualidade, designadamente no que se refere ao ensino básico, elementar e complementar, era a deficiência na preparação do pessoal docente.

Isso evidencia a fragilidade das políticas educacionais, pois a classe docente é desprezada na Guiné-Bissau, recebendo baixos salários atrasados. Além disso, a falta de recursos didáticos, como bibliotecas escolares, escola de giz, quadro em bom estado e sala de aula com mais de 60 alunos, dificulta os professores no processo de ensino e aprendizagem.

Conforme Semedo (2011), a qualidade da educação depende da capacitação que visa a formação dos professores. Se tivermos uma boa governação, com certeza teremos uma educação bem qualificada e onde os professores vão ser formados e estarão preparados para bem preparados para contributos para a sociedade em geral.

Na mesma linha de pensamento, Cá (1999), explica que para mudar o sistema do ensino Guineense, é necessário começar pelas zonas rurais e proporcionar a melhor qualidade de ensino pública a essas populações. Iniciando pelo nível pré-escola, é importante criar as cantinas escolares nas diferentes regiões e sector do país, para que, no momento de recreio as crianças

possam pegar lancheiras. O Estado criou esta política para que as crianças mais vulneráveis tenham a ideia de integrar as escolas, por outro lado os recursos didáticos de melhor qualidade dão mais ênfase aos professores na sala de aula e de ministrar as aulas de forma mais eficaz.

Quanto à situação da Guiné – Bissau há grandes lacunas quando se trata do ensino público e de seus destinatários, isso acontece porque as políticas públicas educacionais que estabelecem medidas ou que tornam os direitos educacionais claras, que façam com que os alunos não sejam obrigados a pagar algum valor aos professores, ou para se tiver acesso a algum material escolar, não são ainda experimentadas na prática, ou seja, uma política pública educacional, contudo ela não é implementada de forma efetiva. (MANÉ, 2021, p.3).

Durante essa pesquisa, percebe-se que a situação escolar só pode ser desenvolvida quando as políticas públicas educacionais são implementadas. As políticas criadas pelo Estado para regularizar o funcionamento das escolas públicas garantem o direito dos alunos de não pagar pela educação. O Estado tem o dever de assegurar aos cidadãos a melhor qualidade de funcionamento escolar. As experiências elaboradas pelos governos buscam melhorar as áreas educativas, o que é fundamental para combater os obstáculos encontrados ao longo da vida. A política pública educacional é a melhor estratégia programada pelo Estado, pois ajuda no funcionamento das escolas e na capacitação dos seres humanos para a sobrevivência.

Para Moreira (2006) a potência dos professores do ensino básico, que foram chamados pelo Estado, nas maiorias delas com baixo de nível acadêmico isso continua afetar aprendizagem das crianças nas escolas públicas, por causa de carência dos professores formados na área e essas pessoas que foram recrutados pelo governo são jovens que terminaram o liceu e não tinham possibilidade de continuar e frequentar a universidade e aí eles aceitaram esse contratação para poder custear aos seus estudos.

Após a Independência, fez-se o alargamento das escolas a quase todas as tabancas. Foi a tentativa de massificação do ensino. Faltaram infraestruturas condignas (as barracas, chamadas salas provisórias, foram à solução), carecem professores com formação ajustada e domínio de uma metodologia adequada aos vários graus de um sistema de ensino em construção (deitou-se mãos aos finalistas do liceu, que foram organizadas em brigadas pedagógicas e espalhadas por todo o território nacional) ” (SEMEDO, 2011, p. 3).

Após a luta pela libertação nacional, o governo e junto do Ministério da Educação Nacional Cultura, Juventude e Desporto, elaborou um plano para construir escolas em diferentes zonas do país, com o objetivo de incentivar a população a frequentar a escola. No entanto, naquela época, o Estado não tinha condições de reabilitar as escolas e as salas de aula eram improvisadas com barracas feitas de folhas de palmeira. Os professores eram jovens que haviam terminado o liceu e não possuíam formação pedagógica, ou seja, não conseguiram carreira docente, mas receberam treinamento pedagógico.

Estrutura do Ensino Básico Guineense.

O relatório do Ministério da Educação (2013) mostra como o ensino básico está estruturado. Este agora compreende nove anos de escolaridade, subdividido em três ciclos: 1

ciclo refere-se aos quatro primeiros anos, o 2º ciclo ao 5º e 6º anos, e o 3º ciclo ao 7º, 8º e 9º anos. A unificação do ensino básico visa melhorar e organizar o sistema educacional, permitindo que as crianças tenham uma base sólida para enfrentar qualquer sociedade.

De acordo com a LBSE (2011), a estruturação do sistema educacional guineense, ele é composta da seguinte maneira: Educação formal e Educação não formal. A educação formal abrange a educação pré-escolar, ensino básico, ensino secundário e ensino superior. Já a educação não formal inclui alfabetização, educação de jovens e adultos, educação cívica, entre outras.

A Educação Básica, por ser a principal área do nosso trabalho para a obtenção do grau de bacharelado em Administração Pública, é universal, obrigatória e gratuita na Guiné-Bissau e Possui duração de 9 anos, dividido em 3 ciclos: o primeiro ciclo corresponde 1º a 4º ano de escolaridade, subdivide em duas fases, a primeira fase é composta de 1ª Classe a 2ª Classe. A segunda fase é composta de 3ª Classe a 4ª Classe. O segundo ciclo inclui a 5ª Classe e a 6ª Classe da escolaridade. O terceiro Ciclo que inclui 7º, 8º e 9º de escolaridade é a última fase do ensino básico.

O Ensino Básico destina-se às crianças dos 6 aos 14 anos. Tem uma duração de nove anos, o que corresponde às classes do 1º ao 9º ano. Compõe-se de três subciclos” Segundo o relatório do (Ministério da Educação Nacional, 2015, p. 20).

No que tange a estrutura do ensino básico na Guiné-Bissau, entre os três subciclos do Ensino Básico, os dois primeiros (1 e 2) são obrigatórios e gratuitos. O Ensino Básico 1 (EB1) elementar abrange as crianças dos 6 aos 9 anos de idade. É composta de 1ª Classe a 4ª Classe de escolaridade e subdivide em duas fases.

A primeira fase começa da 1ª Classe a 2ª Classe.

A segunda fase começa da 3ª Classe a 4ª Classe.

O Ensino Básico Complementar, corresponde ao segundo ciclo (EB2), que começa a partir da 5ª Classe e a 6ª Classe. Os recursos financeiros destinados ao ensino são tão mal geridos que não é possível desenvolver sequer um pequeno projeto voltado à garantir de uma educação de qualidade. Isso mostra que os governantes não se interessam em investir na construção das infraestruturas escolares para as populações que vivem nas zonas rurais possam frequentar a escola uma vez que a educação é uma das áreas que o Estado deve Priorizar com base no investimento, permitindo às crianças matricularem nas escolas. A maioria dos pais encarregados de educação matriculam seus filhos nas escolas privadas, devido ao mau funcionamento das escolas públicas, uma vez que, às vezes, os alunos estudam dois trimestres durante um ano, mas nas normas, deveriam ser três trimestres ao ano, que valem nove meses.

Isso acontece por causa da sucessivamente greve levantada pelos professores, exigindo o pagamento de salário e entre outros pontos que permitam melhorar o sistema educativo guineense.

Da 6ª Classe, o ciclo engloba as crianças com idades entre 10 e 11 anos. É ministrado por vários professores, distribuídos nas cinco áreas de formação, e tem uma duração de dois anos de escolaridade.

O Ensino Básico, corresponde ao 3 ciclo (EB3) começa 7 º Classe a 9 º Classe, da escolaridade e abrange as crianças dos 12 aos 14 anos.

Segundo Semedo (2011), a unificação do Ensino Básico surgiu para que as crianças pudessem ser tratadas de forma mais adequada nos seus recintos escolares. Parece que a ideia de criar as condições das infraestruturas mais largas, é um mecanismo que permite albergar maior número de alunos e reduzir o número de professores de seis para dois professores por sala, essa unificação torna o ensino básico mais bem controlado, em termos de aprendizagem tanto como dos recursos humanos.

Segundo relatório do Ministério da Educação (MEN, 2013, p.3,4), delinea as orientações estratégicas de educação de cada nível de ensino básico:

ENSINO BÁSICO – 1º CICLO

Construção e equipamento de 211 novas salas de aulas a cada ano. Recrutamento de 310 professores, em média por ano”

Melhoria da Qualidade

Reforço da formação inicial de docentes com foco em Língua Portuguesa e Matemática, Melhoria do tempo de aprendizagem dos alunos, por meio de segmentos, aulas de recuperação

ENSINO BÁSICO – 2º CICLO

Redução da repetência para 7% em 2025 (20%em 2013). Colocação dos professores e disponibilização de materiais pedagógicos.

Melhoria da Qualidade Redução progressiva do número de salas de aulas que funcionam em triplo turno. Distribuição gratuita de manuais escolares

ENSINO BÁSICO – 3º CICLO

Instituição de exames regionais no final do EB2 para controlar o acesso a este ciclo, Recrutamento de 125 professores, em média, por ano. Aumento do tamanho das turmas (40 em vez de 34)

Melhoria da Qualidade

Implementação de exames regionais no fim deste ciclo para selecionar os que vão prosseguir no ensino singular

No que concerne às orientações estratégicas de cada nível do ensino básico, começando pelo primeiro ciclo, que é constituído por quatro níveis da escolaridade, do 1º a 4º classe, o Estado tem uma estratégia para construção de 211 salas de aulas por ano, com objetivo de

proporcionar todas as crianças acesso à educação. Além disso, o Estado realiza a capacitação dos professores a cada seis meses, focando na formação dos corpos docentes em língua portuguesa e matemática.

Voltando para o segundo ciclo, que compõe dois níveis do ensino básico, a 5ª a 6ª classe, o foco do governo está na redução da repetência dos alunos. Isso significa que os professores devem procurar outros métodos de ensino para facilitar a maior compreensão dos alunos, o que poderia reduzir o número de reprovações anuais. A qualidade também se reflete na diminuição do funcionamento das salas de aulas em triplo por dia.

Por fim, o último ciclo do ensino básico, é composto por três níveis da escolaridade, (7ª, 8ª e 9ª classe). O governo tem como foco a realização dos exames regionais no final do terceiro 3º ciclo, para seleccionar os que vão prosseguir no ensino singular. Além disso, o governo está focado no recrutamento de corpos docentes, e no aumento do número de alunos por sala de aula. Em vez de 34 alunos por turma, o ideal seria 40 alunos por turma.

Quadro 1.1: Número de salas de aulas e de escolas do ensino básico em 2006, por região.

	Salas de aula	Escolas	% EB Privadas	EB Comunitárias %
Nacional	4 110	1340	12	19,4
Bafatá	539	277	3	27,4
Biombo	323	55	18,2	1,8
Bissau	1056	127	64,6	1,6
Bolama	158	46	2,2	2,2
Cacheu	748	228	11,1	14,9
Gabú	324	167	3	16,8
Oio	439	277	1,4	29,7
Quinara	163	72	5,6	23,6
Tombali	360	135	6,7	35,6

Fonte: GIPASE referido por (BANCO MUNDIAL, 2009, p. 43).

Quadro 1.2: Disciplinas e carga horária semanal do plano de estudo do ensino básico

	Carga Horária Semanal					
	Elementar				Complementar	
	1ª Fase		2ª Fase		3ª Fase*	
	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	4ª Classe	5ª Classe	6ª Classe
Português	10	10	8	8	6	6
Matemática	7	7	8	8	5	5
C. Sociais	2	2	2	2	4	4
C. Naturais	2	2	3	3	5	5
Expressões	3	3	3	3	2	2
Ed. Física e Desporto	1	1	1	1	2	2
<i>Total H/semana</i>	25	25	25	25	24+1	24+1

Previsto um tempo de Francês nesta fase que não funciona; apenas as privadas oferecem esta disciplina.

Fonte: Informação recolhida junto do Diretor-geral do Ensino Básico e Secundário (BANCO MUNDIAL, 2009, p.44).

Segundo o relatório do Estado do sistema educativo (RESEN 2015), no que concerne à formação para o ensino básico no país, desde a luta da independência até o ano 2019, só existem duas escolas normais públicas de professores do ensino básico. A formação dos professores abrange os diferentes níveis que compõem o Ensino Básico,

Os professores das EB1 e do EB2 são formados nessas duas escolas normais do país, a saber, a 17 de fevereiro e a Amílcar Cabral. A escola normal 17 de fevereiro (EN 17 F) em Bissau, foi fundada em 1977, é uma escola pública que oferece formação de qualidade para professores do ensino básico, contando com um corpo docente qualificado e experiente. A escola oferece uma formação de três anos para professores do ensino básico, contribuindo para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, formando os professores essenciais para a melhoria do sistema educacional.

Antes, os alunos podiam entrar nessa escola por meio de realização de teste admissão, desde que tivessem concluído pelo menos o 9º ano de escolaridade, que é o fim do terceiro ciclo do Ensino Básico. Eles recebiam uma formação de três anos: dois anos são as aulas teóricas e um (01) ano de estágio, que servia como prática pedagógica. Com o tempo, os alunos passaram a entrar somente se tivessem completado o ensino médio (12 anos).

Os professores do Ensino Básicos secundários EB3 e do ensino superior são formados tradicionalmente na ENSTT (Escola Normal Superior Tchico Té),

Os estudantes só podem ingressar nesta escola após concluírem pelo menos o 12º ano. A duração do curso é de quatro anos: o primeiro ano constitui um ano de preparação, que serve para atualização dos conteúdos estudado no liceu e seguido de dois anos de aulas teóricas e de um ano de estágio prático.

Segundo o relatório do Ministério da Educação (2013), a distância entre a escola e a casa dos alunos influencia diretamente na frequência escolar. Quanto mais distante à escola, maior o risco de a criança não frequentar ou abandonar os estudos. Isso é um dos fatores que contribuem para a desistência ao longo do ano letivo. Imagine crianças que precisam caminhar mais de três ou quatro quilômetros todos os dias para chegar à escola. Essa dificuldade de acesso fez muitas crianças abandonarem o ano letivo sem concluí-lo.

A quantidade de manuais escolares disponíveis era insuficiente ou quase inexistente e se notava, também, a ausência de textos didáticos para algumas das classes do ensino básico. Esses fatores de insuficiências ocorriam para que a grande maioria dos alunos deixasse o sistema escolar, no decorrer do ensino básico, sem a preparação mínima de conhecimentos e habilidade necessária para aprender um ofício ou para ser encaminhada para o mercado de trabalho” (Cá, 1999, p.134)

A falta de materiais escolares leva os alunos a abandonar a escola, pois sem esses materiais didáticos, as crianças não conseguem assimilar os conteúdos necessários para progredir de classe. Portanto, a entidade educacional, na qualidade do Ministério da Educação Nacional (MEN), tem o dever de assumir a responsabilidade de fornecer esses materiais, garantindo que as nossas crianças tenham acesso a uma educação de qualidade.

Desafios e Perspectivas da Educação Básica na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau enfrenta muitos desafios nas áreas das políticas públicas educacionais. Segundo relatos de cidadãos nascidos e vividos no país, é amplamente conhecido como o sistema de educação local funciona. A realidade do sistema educacional é muito preocupante, especialmente para as famílias carentes. Pais lutam diariamente para colocar seus filhos na escola, com objetivo de que, no futuro, se tornem cidadãos conscientes, críticos e participativos na sociedade. Mas ao contrário dos nossos governantes, porque eles não queriam que nós tivéssemos a oportunidade que tiveram.

Desafios

Segundo Cá (2008), as desigualdades educacionais na Guiné – Bissau começaram em meados de 1986, quando os nossos governantes enviaram os seus filhos para estudar no estrangeiro, especificamente em Portugal, em diferentes universidades de Lisboa. Isso foi feito com o dinheiro arrecadado dos impostos e do financiamento que o país recebia de parceiros da cooperação internacional, para investir internamente, a fim de alcançar independência sem ajuda externa. No entanto, isso não foi concretizado, devido a falta de compromisso dos políticos que não pensavam no bem-estar do povo.

Compreende-se que a educação básica é um direito fundamental de todas as crianças, também contribui para que as crianças possam dar continuidade aos seus estudos. Voltando para os principais desafios educacionais incluem a desigualdade de acesso à escola, qualidade da educação, falta de recursos financeiros e a escassez de professores qualificados.

Perspectivas

Entende-se que o nosso sistema educacional apresenta enormes desafios por motivos de meios financeiros, materiais didáticos e falta de professores qualificados pedagogicamente.

A melhoria das infraestruturas, a disponibilização de materiais didáticos, o aumento do número e das competências dos docentes. (FEC, 2015, p. 26)

Então, por essa razão, a nossa perspectiva se baseia nos seguintes pontos: Melhorar a qualidade da educação básica, investimento em tecnologia educacional, programas de incentivo à formação contínua de educadores, expansão de acesso à educação básica para as crianças das zonas rurais e melhoria da gestão educacional.

No que se refere à melhoria de qualidade da educação básica, podemos constatar a formação das pessoas docentes, reciclagem dos conteúdos elaborados pelas entidades competentes no caso da INDE (INSTITUTO NACIONAL PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO) e junto ao MEN (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL) através desse procedimento que poderemos ter a qualidade da educação.

Expansão de acesso à educação básica para as crianças das zonas rurais, o governo como sendo entidade máxima no processo educativo tem por razão de fazer alastramento, no sentido de construir várias escolas no interior do país para que as crianças que moram longe da escola conseguissem chegar na hora. Imagine numa região se existiriam duas escolas do ensino básico, suponhamos as crianças que vivem fora da região nas aldeias e essas crianças vão sair todos os dias para frequentar as aulas, andando por quilômetros para chegar à escola.

Isso poderia levar as crianças a desistir das aulas assim sendo, o Estado deveria ampliar o número de escolas, de modo a atender todas as crianças da região.

Falando sobre melhoria de gestão educacional, isso inicia na própria estrutura escolar, quer dizer a direção da escola. Começando por diretor até no pessoal da limpeza, fazendo as divisões das tarefas, em que cada qual assume sua responsabilidade pela confiança e nomeação do cargo em função da direção da escola, sendo honesto e transparente na gestão do que pertence à coletividade.

No que tange a promoção à inclusão e a igualdade educacional, podemos considerá-la como uma das coisas muito importante no sentido educacional, à educação básica é onde tudo começa, os educadores como sendo as suas áreas profissionais de cuidar com as crianças na sala de aulas e levar toda atenção nas crianças com deficiência sem uma distinção dar ao mesmo direito com as outras crianças porque eles são seres humanos precisam de grande cuidado ao lado dos professores.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que concerne à metodologia, o presente estudo trata-se de pesquisa da revisão bibliográfica, que nos permite obter uma compreensão abrangente do conhecimento existente sobre um assunto. Também a realização da análise documental.

De acordo com Gil (2008, p.44) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p.51).

Como destaca o autor, a pesquisa documental tem uma característica igual à pesquisa bibliográfica. A diferença que existe entre elas está na natureza das fontes.

Continuando com Gil (2010, p.44) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza”.

Como afirmar o autor (MADEIRO)

A pesquisa bibliográfica constitui-se em fonte secundária. É aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada, utiliza por isso, métodos científicos, reflexão sistemática, controle de Variáveis, observação atenta dos fatos, estabelecimento de leis ou chocagem de informações com o conhecimento já adquirido” (MEDEIRO, 2014, p.38,39).

O autor vem nos mostrar que a pesquisa bibliográfica sempre é composta na base da fonte secundária, e tem como objetivo de procurar e levantar as fontes mais interessantes para ter uma pesquisa muito bem utilizada.

Lakatos (2003, p.176) contribuiu acrescentando que para compreender o universo de pesquisa documental é necessário ver/levar em consideração as suas três variáveis “fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas. Conforme se observa.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p.51).

De acordo com o autor a pesquisa bibliográfica se baseia nas contribuições já consolidadas e analisadas de diversos autores, a pesquisa documental tem um papel mais flexível e inovador, pois trabalha com materiais que ainda não passaram por uma análise aprofundada ou que podem ser reinterpretados de acordo com os objetivos do seu estudo. Dessa forma, a pesquisa documental oferece a oportunidade de explorar fontes primárias e materiais ainda totalmente explorados, permitindo uma abordagem mais original adaptados às suas necessidades específicas.

Perante a nossa pesquisa, ao longo de estudo, procuraremos compreender quais são os desafios e perspectivas para uma educação básica de qualidade, cujo objetivo focado no ensino básico elementar (EN E) e complementar (EN C). É essa pesquisa bibliográfica foi realizada nas seguintes plataformas acadêmicas: A partir dos livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos acadêmicos e vários outros materiais ligados ao tema.

Já na pesquisa documental foram analisados os seguintes documentos: Relatório do Estado do Sistema Educativo [RESEN] para a reconstrução da escola da Guiné-Bissau sobre novas bases, (2015). Relatório do Estado do Sistema Educativo [RESEN] para a reconstrução da escola da Guiné-Bissau sobre novas bases, (2013). Documento de Formação dos professores do Ensino Básico da Guiné-Bissau, (2017) e documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza DENARP (2011 - 2015). Relatório de Banco Mundial, Política docente na Guiné-Bissau, Bissau (2009), Constituição da República (GUINÉ-BISSAU, 1996). Lei de diretrizes e bases do sistema educativo da Guiné-Bissau (2010).

DOCUMENTOS	ANOS	DESAFIOS	PERSPECTIVAS
Constituição de República da Guiné-Bissau	1996	• Instabilidade Política • Fragilidade Institucional • Interferência Militar • Estado Falhado	• Reformas Constitucionais • Fortalecimento do Estado de direito • Maior participação política • Apoio Internacional
Documento de Formação dos Professores do Ensino Básico da Guiné-Bissau	2017	• Falta de professores qualificados • Infraestruturas precária • Desigualdade de acesso • Instabilidade política	Investimento na formação de Professores • Parcerias com ONGs e organismo internacionais de tecnologias educacionais
Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza DENARP	2011	• Instabilidade política e institucional • Fragilidade econômica • Infraestrutura precária	Reformas estruturais Diversidade econômica
Relatório de Banco Mundial, Políticas de Docente na Guiné-Bissau	2009	• Infraestrutura Precária • Baixa qualificação dos professores • Taxa elevada de repetência e abandono escola	• Expansão da formação de professores • Inclusão educacional • Parcerias internacionais
Relatório do Estado do Sistema Educativo Para a reconstrução da escola da Guiné-Bissau sobre novas bases	2013	• Infraestrutura precárias • Baixa qualificação dos professores • Taxa elevada de repetência e abandono escola	• Reformas Curriculares • Expansão formação de Professores

Fonte: Acervo próprio

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Durante a pesquisa, foi possível compreender que o sistema do ensino da Guiné-Bissau, ainda se encontra em situação péssima por motivo de má funcionalidade pelas entidades competentes, a maioria dos pais e encarregados de educação colocam os seus filhos nas escolas privadas pelo mau funcionamento e gestão das escolas públicas, às vezes os alunos estudam dois trimestres durante um ano, mas nas normas deveriam ser três trimestres ao ano que valerá nove meses.

De acordo com o relatório do ministério da educação (2013), aborda sobre reformas educacionais na Guiné-Bissau e as suas principais áreas de incidência: Unificação do ensino básico e formação de professores. O ensino básico passou a englobar nove anos de escolaridade divididos em três ciclos, trazendo mudanças na estrutura de professores e recursos pedagógicos. Há uma preocupação com a qualificação docente, visto que muitos professores atuam sem formação pedagógica, foram criadas novas escolas de formação, mas ainda há desafios na capacitação dos formadores.

Conforme o relatório do ministério da educação (2015), trata-se de diversos aspectos da educação pré-escolar no país, incluindo infraestrutura, acesso das crianças e qualidade da educação. Ele destaca que a educação é um direito fundamental reconhecido pela constituição e pela lei de base do sistema educativo (LBSE) o governo tem plano para expandir a oferta de educação pré-escolar garantindo que todas crianças tenham acesso a uma educação de qualidade.

Segundo documento de formação dos professores do ensino básico (2017), investiga o papel da Fundação Fé e Cooperação (FEC) na formação de professores do ensino básico na Guiné-Bissau. Diante dos desafios educacionais do país, com a escassez de docentes qualificados e a fragilidade institucional, a FEC atuou por meio de projetos voltados à capacitação pedagógica de professores buscando melhorar a qualidade do ensino.

Como mencionado na de lei de diretrizes e bases do sistema educativo da Guiné-Bissau (2010), definindo os princípios e objetivos fundamentais da educação no país, ele enfatiza o direito universal à educação. É a necessidade de um sistema justo, inclusivo e eficiente para garantir o acesso ao sucesso escolar a todos cidadãos.

Segundo relatório do DENARP (2011-2015), a Guiné-Bissau aborda diversas estratégias para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável, a Guiné-Bissau, historicamente afetada por instabilidade política por causa do golpe de Estado.

De acordo com relatório do banco mundial (2009), a educação na Guiné-Bissau enfrenta desafios significativos, mas também apresenta perspectivas promissoras. Os principais desafios: Infraestrutura e recursos, formação de professores, desigualdade de gênero e impactos de conflitos. Quanto às perspectivas: Educação como prioridade nacional, parcerias internacionais, foco no ensino básico e reformas educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nossa pesquisa, observamos que as políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau enfrentam sérios desafios e perspectivas em relação à oferta de uma educação básica de qualidade. Esses desafios são, em grande parte, atribuídos ao planejamento inadequado do sistema de ensino. Muitas vezes, as escolas não possuem uma infraestrutura adequada que proporcione um ambiente agradável para as crianças, como salas de aula bem equipadas com carteiras, janelas, portas, ventiladores e outros materiais administrativos, que facilitem o funcionamento das aulas.

A educação é a chave para o desenvolvimento de qualquer país, e, por isso, é fundamental que se pense profundamente no setor educativo. É essencial que nossas crianças tenham acesso ao conhecimento que as ajude a conduzir suas vidas de maneira mais eficaz.

Devido ao mau funcionamento e à gestão das escolas públicas, muitos pais e responsáveis optam por matricular seus filhos em escolas privadas. Além disso, os alunos frequentemente estudam apenas dois trimestres em um ano letivo, quando segundo as normas, deveriam ser três trimestres, totalizando nove meses de aulas. Essa situação ocorre, em parte, devido às greves frequentes dos professores, que têm razões legítimas para reivindicar seus direitos e exigir o pagamento pelos serviços prestados ao Estado. Os professores, como profissionais, merecem respeito e reconhecimento pela sua dignidade e pelo seu trabalho.

Outro fator que contribui para a fraca qualidade do ensino básico na Guiné-Bissau são as dificuldades econômicas enfrentadas pelo governo, que limita os investimentos na educação. Em muitas regiões do país, é comum que os alunos levem bancos nas cabeças para as escolas, o que é uma situação lamentável. Isso evidencia que os recursos financeiros destinados à educação estão sendo mal utilizados, impossibilitando o desenvolvimento de projetos que garantam uma educação de qualidade.

É evidente que os governantes não demonstram interesse em investir de forma significativa na construção de escolas públicas, especialmente nas áreas rurais, onde a população mais necessita. O investimento na educação é uma responsabilidade do Estado e deve ser tratado como prioridade, pois garante às crianças a oportunidade de frequentar instituições de ensino que oferecem condições adequadas para o aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, M. G. L. B. As políticas educacionais da secretaria estadual de educação do Estado de Rondônia (1998-2010). Porto Velho: Dissertação Mestrado em Educação, na Universidade Federal de Rondônia. 2012. Disponível em: http://www.mestradoeducacao.unir.br/downloads/2390_dissertacao_glaucia_linhares.pdf >. Acesso em: 30 de mar. 2025.
- CÁ, Lourenço Ocuni. **A constituição da política do currículo na Guiné – Bissau e o mundo globalizado**. EDUFMT, 2008.
- CÁ, Lourenço Ocuni. **Estado**: políticas públicas e gestão educacional/Lourenço Ocuni Cá. – Cuiabá: EdUFMT, 2010. 180p.
- CÁ, Lourenço Ocuni: **Política educacional da Guiné-Bissau**. Editora, Campinas, SP, 1999.
- CAMBANCO, Júlio. **Políticas públicas e desenvolvimento na Guiné-Bissau**. Redenção-Ceará: Dissertação Graduação em Administração Pública, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. 2017. Disponível em: < <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1796/1/Ju%CC%81lio%20Campanco%20Tcc.pdf>>. Acesso em: 17/01/ 25
- Constituição da República da Guiné – Bissau**
- DJALÓ, Mamadú. Relações Sul-Sul: A Cooperação Brasil – Guiné-Bissau Na Educação Superior No Período de 1990 – 2011 / Mamadú Djaló; orientadora, Elizabeth Farias da Silva – Florianópolis, SC, 2014. 273 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em:<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123195/325649.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 / 03/ 2025.
- FEC (2015). Manual de Educação de Infância – O Mundo de Palmo e Meio. Moscavide: FEC – Fundação Fé e Cooperação.
- GUINÉ-BISSAU. **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – DENARP I**, 2005.
- GUINÉ-BISSAU: **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – DENARP II**, 2011.
- GIL, Antônio Carlos: **Como elaborar projeto de pesquisa**, SP, 2010, 5ª Edição.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social, 6ª edição, São-paulino, editora Atlas S.A, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DA ESTATÍSTICA. **Estatística básica da Guiné – Bissau, 2009**. INE-GB. Bissau, 2009.
- LAKATOS, Eva Maria *et al.* **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - SP: Atlas 2003.

LOPES, Luísa da Silva Lopes e. **A Lei de Bases do Sistema Educativo da Guiné Bissau: uma análise do processo de construção política**. Aveiro, PT. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/55669/Downloads/A%20LEI%20DE%20BASES%20DO%20SISTEMA%20EDUCATIVO%20DA%20GUIN+%C3%AB-BISSAU.pdf. Acesso em: 28.Março. 2025

MOREIRA, Domingos. **Políticas públicas de Alfabetização de Massa na Guiné – Bissau**. Rio de Janeiro – RJ. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2006.

MANÉ, Alexandre. **A política educacional Guineense: Gratuidade e obrigatoriedade, necessidade na atualidade do ensino básico ao ensino secundário**. Artigo acadêmico, Centro Universitário de Anápolis (UNIEVANGÉLICA). 2021. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18167/1/ALEXANDRE.pdf>. Acesso. Acesso em: 05/12/24

Ministério da Educação Nacional (MEN, 2013). Relatório do Estado do Sistema Educativo [RESEN] Para a reconstrução da escola da Guiné-Bissau sobre novas bases. Bissau: Ministério da Educação Nacional.

Ministério da Educação Nacional (MEN, 2015b). Relatório do Estado do Sistema Educativo [RESEN] Para a reconstrução da escola da Guiné-Bissau sobre novas bases. Bissau: Ministério da Educação Nacional.

MEDEIRO, João Bosco; **Redação científica: A prática de fichamento, resumo, resenha**, SP, 2014 12ª Edição.

OLIVEIRA, Adão. **Políticas públicas educacionais: Conceito e contextualização numa didática**. Artigo acadêmico, Editora da PUC Goiás, 2010. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>. Acesso em: 09/02/25.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da educação nacional, ciência, Juventude e dos Desportos: **Lei de diretrizes e bases da educação Nacional Guiné-Bissau**, 21 de maio 2010. Acesso em: 20/11/ 24

Relatório de Banco Mundial, **Política docente na Guiné-Bissau**, Bissau 2009.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da educação nacional, ciência, Juventude e dos Desportos: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Bissau, 21 de maio de 2010.

SOUZA, Celina et al. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Revista de Sociologias. Porto Alegre, jul/dez, 2006.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Educação como direita**. Revista Guineense de Educação e Cultura: Estado da educação na Guiné – Bissau, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**/Leonardo Secchi. – São Paulo: Cengage Learning, 2010.